

## **15.11 Justiça de Transição**

### **15.11.1 Ementa**

Conceitos de Justiça de transição. Transições de regimes políticos. Princípios e valores que regem o processo de transição. Memória, verdade e justiça. Comissões da Verdade, reparação, reconciliação, pacificação. Discussão de algumas experiências de justiça transicional, como a sul-africana, argentina, brasileira, chilena e portuguesa.

### **15.11.2 Objetivos**

A disciplina tem como objetivo debater o conceito de Justiça de transição, apresentando a experiência de alguns países, como África do Sul, Argentina, Brasil, Chile e Portugal. Tais países passaram por transições políticas do autoritarismo para a democracia e estruturaram instituições voltadas para lidar com violações aos direitos humanos durante períodos ditatoriais. Pretende-se apresentar e discutir sobre a organização de Comissões da Verdade, de Reparação e de Reconciliação, assim como analisar princípios e valores que regem iniciativas para investigar e responsabilizar a autoria de crimes e violências perpetradas por agentes estatais. Um dos objetivos do curso é analisar as políticas gestadas por cada um destes países e sua inserção no ordenamento jurídico nacional e internacional. Utilizaremos como recurso metodológico a leitura de bibliografia especializada, de documentos produzidos por instituições governamentais responsáveis pela implementação de políticas públicas sobre direitos humanos, além da análise de filmes e documentários que retratem os temas previstos no programa.

### **15.11.3 Bibliografia obrigatória**

ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. “Justiça de transição”. In: AVRITZER, Leonardo et alli. *Dimensões políticas da justice*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, pp. 579-592.

MENDEZ, Juan E. “Accountability for Past Abuses”. *Human Rights Quarterly*, n. 19, 1997.

MEZAROBBA, Glenda. “De que se fala, quando se diz ‘Justiça de transição?’”. *BIB*, n. 67, 2009, pp. 111-122.

#### 15.11.4 Bibliografia complementar

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos. *Direito à memória e à verdade: Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2007.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. *Habeas corpus: que se apresente o corpo*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

BRITO, Alexandra Barahona de. “Justiça transicional e a política da memória: uma visão global”, in *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, n. 1, jan.-jun. 2009, Brasília, pp. 56-83.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. 2ª ed., São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia História*, v.28, n. 47, Belo Horizonte, Jan./June 2012.